



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08056796720218230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOANES PEREIRA DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE

Por fim, a Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada no 5º METACARPO DA MÃO ESQUERDA seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre a lesão e o acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial a documentação médica, aponta no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado **no 5º METACARPO DA MÃO ESQUERDA** e um sinistro de trânsito.

II - DOS FATOS

Segundo Boletim de Ocorrência (B.O), o Autor foi vítima de acidente de trânsito no dia 23/09/2020, ocorrido no Município de Boa Vista – RR, sofrendo TRAUMA NA MÃO DIREITA, causando limitações dos movimentos, resultando em sequela

Anamnese - (HORA DA CONSULTA - h)	GSC AO: 1234 RV: 12345 NPO
facultu nitida queda de moto com do em <u>unio</u>	

08932021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL ANO: 2022/06/09

Orto pedro Sela Orto
Dr. max
paciente relatando acidente com
motocicleta há aproximadamente 4 horas
Apresentando feridas em 5ª DTC
B2

Assim, resta evidente que a lesão identificada no laudo não possui nexos com o acidente, tanto pela inexistência de documentos médicos que apontem a referida lesão, como pela própria narrativa da inicial que indica apenas trauma na MÃO DIREITA.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 9 de junho de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

DIEGO PAULI
858 - OAB/RR